

## A interpretação Halliana de Gramsci e a teoria da sociedade em rede de Manuel Castells

Danielle Cristina Braz<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é estabelecer possíveis relações e também apontar as divergências essenciais entre o texto de Stuart Hall, *A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade*, presente no livro do mesmo autor *Da diáspora: identidade e mediações culturais* (2003), e o primeiro capítulo chamado *Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede* do livro de Manuel Castells, *A era da informação: economia, sociedade e cultura - O poder da identidade* (1999).

**Palavras-chave:** Stuart Hall; Gramsci; Manuel Castells.

Inicialmente para que se possa adentrar na análise comparativa dos textos, é importante esclarecer alguns pontos sobre os autores, para que possamos entender suas perspectivas e para quais públicos estão escrevendo. Apesar de ser possível aproximar os dois autores em alguns pontos, no sentido mais geral é impossível tal aproximação, já que os dois partem de pontos muito diversos e caminham para objetivos também diferentes. Stuart Hall se insere dentro do campo de Estudos Culturais como um marxista pós-gramsciano e por isso estuda a identidade de raça a partir de pressupostos teóricos que, mesmo não sendo ortodoxos, mantém relações estreitas com a lógica marxista. Por outro lado, Castells que chegou a ser marxista na década de 70, escreve esta obra sem se ater à estrutura do pensamento marxista, absorto apenas no que ele chama de Era da informação em que as novas tecnologias de informação e comunicação teriam um papel essencial na reestruturação econômica e política da sociedade.

Assim, apesar dos dois autores tratarem do mesmo tema, identidade ou identidades, o fazem de forma muito diferente. Hall interpreta a obra do pensador sardo Antônio Gramsci com o objetivo de encontrar elementos teóricos de ligação com a questão da etnicidade, mais especificamente com o problema do racismo. Para isso, ele analisa os elementos que considera centrais na obra de Gramsci com o intuito de demonstrar sua tese de que é possível sim, falar de raça e racismo a partir de conceitos gramscianos.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Ciências Sociais Unioeste Toledo/Paraná. Bolsista CNPq/Capes.



É possível dividir o texto de Hall em dois momentos: a primeira parte do texto em que ele faz a sua interpretação de Gramsci, trazendo diversos conceitos do marxista sardo interpretados ao seu modo; e o segundo momento, em que ele realmente desenvolve sua tese principal, relacionando os conceitos de Gramsci com a questão da raça e da etnicidade. Hall faz uma análise muito positiva do marxismo de Gramsci, dando a ele um papel de destaque na luta contra o reducionismo e economicismo, muito presentes no que ele chama de “marxismo fundamentalista”. Portanto, o objetivo do autor nesse texto é muito claro: tratar de uma identidade específica, a identidade de raça, sob o viés gramsciano, apontando possíveis abordagens do tema.

Hall talvez estivesse tentando dar respostas à uma discussão muito complicada dentro das ciências sociais, aquela que toca na relação entre o marxismo e a modernidade com suas identidades de gênero, raça, religiosa e tantas outras. De forma muito simples, a pergunta que muitos teóricos levantam é se haveria espaço para essas identidades dentro do marxismo? Se seria possível construir uma hegemonia da classe trabalhadora, respeitando todas essas diferenças identitárias?

A discussão teórica tem implicações práticas que ainda são sentidas no bojo da esquerda militante. De fato, a discussão leva a propostas antagônicas e por isso, à adoção de posições diversas, havendo aqueles que procuram conciliar a luta da esquerda pela construção de uma sociedade socialista com a luta dos grupos denominados de “novos movimentos sociais”, e outros tantos que não aceitam a conciliação entre a luta de classes e as lutas identitárias.

No primeiro caso, trata-se de marxistas que se apoiam em Gramsci e em outros autores heterodoxos para convencerem os integrantes dos novos movimentos sociais de que a luta pelo socialismo engloba todas as lutas emancipatórias, e que por isso, todos aqueles que lutam tanto pelo objetivo mais amplo (socialismo) quanto pelos mais específicos (contra preconceito racial, de gênero, intolerância religiosa...) estão do mesmo lado da trincheira.

No caso daqueles que rejeitam a possibilidade de luta concomitante das duas fronteiras, o entendimento é de que a exaltação das diferenças poderia levar a um efeito contrário ao esperado pela esquerda, em que ao invés de avançar na luta pelo socialismo, levaria a movimentos conservadores e mesmo retrógrados de fortalecimento do individualismo.



Seja como for, Hall, apesar de não se manifestar explicitamente sobre a discussão, está entre aqueles que adotam a primeira posição, compreendendo que há sim possibilidade de conciliação entre os dois campos e é nesse sentido que ele encaminha seu texto.

Por outro lado, Castells tem objetivos totalmente diferentes daqueles de Hall, ele não tem o condão de fazer uma análise da sociedade baseada em parâmetros marxistas, por isso, apesar de se utilizar de alguns conceitos de Gramsci – como o de sociedade civil – não é dentro do campo marxista que ele busca suas referências teóricas. O objetivo de Castells é, sobretudo, defender a sua tese de que enquanto na modernidade a identidade de projeto era constituída a partir da sociedade civil, na sociedade em rede a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal. Para demonstrar isso, ele faz uma análise da maneira como se comportam algumas identidades coletivas no mundo pós-moderno, como a identidade religiosa, através do fundamentalismo islâmico e do fundamentalismo cristão norte-americano; a identidade nacional com o exemplo da União Soviética e da Catalunya; as identidades territoriais, e também a identidade étnica, a qual ele atribui um peso menor nas sociedades atuais em comparação às demais identidades que, segundo ele, constroem vínculos culturais mais fortes.

### **O processo de construção de identidades**

Castells retoma suas origens marxistas ao falar da forma como se dá a construção das identidades. Para ele, toda identidade não só é construída, como também “materialmente construída, em torno de reações e projetos determinados por fatores históricos e geográficos” (p. 85).

Da mesma forma, o materialismo histórico e dialético é o método utilizado por Hall e por Gramsci para compreender como se dá o processo de construção do racismo, ou seja, a especificidade histórica dos fenômenos relacionados à raça e a forma contraditória como esse fenômeno de dimensões ideológicas se dá, mesmo dentro da mesma classe social.

Nesse sentido, Hall destaca a importância de Gramsci dentro do marxismo por retomar as reflexões realmente dialéticas e históricas da sociedade, combatendo todo tipo de reducionismo ou vulgarização do materialismo histórico. A análise de Gramsci parte da idéia de totalidade, em que as sociedades são totalidades complexamente estruturadas em vários níveis de articulação – econômico,



político, ideológico -, sendo que estes níveis não se refletem automaticamente, mas são sobredeterminantes entre si.

A idéia de sobredeterminação, termo criado por Althusser, é importante para compreender a forma como Gramsci pensa a relação entre a base e superestrutura, questão tormentosa dentro do marxismo. Antes de Gramsci, os teóricos pertencentes à Segunda Internacional Comunista teriam pervertido a relação entre a base e a superestrutura, superestimando o fator econômico, atribuindo-lhe o peso de único fator determinante na sociedade, criando, assim, uma interpretação da sociedade em que as relações sociais eram meros reflexos das relações econômicas e nada mais. A estes teóricos Hall chama de “reducionistas” ou “economicistas” já que reduzem todos os outros fatores de análise à economia e vulgarizam a teoria marxista, dando conotação totalmente diversa à análise materialista dialética.

A análise não economicista de Gramsci permite que os teóricos culturalistas possam aliar a teoria marxista com o estudo de fenômenos ideológicos, como é o caso do racismo, já que na lógica da totalidade e da sobredeterminação, apesar do fator econômico ter ainda muita influência, ele não é o único fator determinante e explicativo das demais relações sociais, e além disso, ele sofre também a interferência dos níveis políticos e ideológicos de articulação.

Uma análise muito similar a esta pode ser encontrada na sociedade em rede de Castells, já que o autor atribui uma importância grande às relações econômicas de produção e à forma como estas relações estariam influenciando a formação dessa nova forma de sociedade. Segundo ele, a sociedade em rede é caracterizada pela globalização das atividades econômicas, pela flexibilidade e instabilidade do emprego, pela individualização da mão de obra, e também por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado.

Castells, portanto, constrói a sua tese em cima de elementos econômicos e não econômicos, compreendendo que todos eles se relacionam entre si, e que são explicativos das identidades coletivas, já que essas identidades são, sobretudo, uma forma de reação defensiva aos processos de individualização e instabilidade estrutural do trabalho, do tempo e do espaço.

O processo de construção das identidades coletivas em Castells é marcado ainda por um contexto de relações de poder, em que os vários tipos de identidade que ele classifica como identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto, estão em permanente disputa. Da



mesma forma, se dá o processo de construção da hegemonia em Gramsci, um processo de disputa, em que o equilíbrio de forças é sempre instável, não havendo possibilidade de vitória absoluta e permanente.

No entanto, Castells dá certa importância ao fator individual de internalização da identidade, algo que não está tão presente na obra de Gramsci. De fato, Castells entende que “embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (p. 23).

Portanto, a análise das identidades coletivas em Castells é marcada pelas relações de poder presentes na sociedade, mas também possui um elemento individual que de certa forma se sobrepõe ao que lhe é externo, ou seja, as formas de identidade impostas pelas instituições dominantes.

O fator individual é abordado de forma superficial no texto de Hall, no momento em que ele se refere à submissão que as vítimas do racismo possuem com relação à própria ideologia que as aprisiona, tentando demonstrar que o “eu” não é um sujeito unificado, mas sim uma construção social. Para Hall, Gramsci é capaz de explicar a questão a partir do processo de formação da consciência popular que ocorre dentro de um campo ideológico de disputa, em que as ideologias subordinadas acabam se revelando inevitavelmente contraditórias. Em outra passagem, no entanto, Hall afirma que Gramsci nega o caráter individual das questões ideológicas, afirmando que as mesmas são sempre coletivas e sociais e recusando a idéia de que haja um “sujeito ideológico unificado e predeterminado” (p. 324).

Já o fator externo de formação das ideologias tem um peso maior na obra de Gramsci, uma vez que as correntes ideológicas se sustentam e se transformam em sua materialidade dentro das instituições da sociedade civil e do Estado, no entanto, a forma e a estrutura dessas correntes ideológicas não refletem, não se encaixam, nem repetem precisamente a estrutura de classe da sociedade” (p. 325).

### **Identidade de classe como identidade de projeto**



Se adotássemos a teoria “castelliana” como referência, poderíamos mesmo falar na classe como uma forma de identidade, ou na unidade de classe como uma forma de identidade, posto que o termo unidade de classe em Gramsci tem a ver com a identificação dos indivíduos pertencentes a determinada classe com os mesmos interesses dos demais integrantes desta classe. Hall aponta para o grande passo que Gramsci deu, ao se distanciar do ortodoxismo marxista que entendia a unidade de classe como algo automático, para compreendê-la como algo complexo e historicamente construído.

Nesse sentido, se compreendermos a classe como uma possibilidade de identidade dos indivíduos, podemos enquadrá-la em umas das classificações de Castells: identidade legitimadora, identidade de resistência ou identidade de projeto; a depender de que tipo de classe estaríamos falando.

Caso estivéssemos falando da classe dominante, estaríamos falando de uma identidade legitimadora, que tem o intuito de expandir e racionalizar sua dominação com relação aos demais. Por outro lado, a classe subalterna (termo utilizado por Gramsci), poderia se enquadrar tanto na identidade de resistência quanto na identidade de projeto. No primeiro caso, estaríamos falando de uma classe trabalhadora, que na lógica gramsciana, ainda estaria no estágio do “corporativismo econômico”, “em que os grupos profissionais ou ocupacionais reconhecem seus interesses básicos comuns, mas não têm consciência das solidariedades de classes mais amplas” (HALL, p. 311). Aproximando esse conceito da classificação castelliana, poderíamos dizer que uma classe subalterna nesse estágio apenas produziria formas de resistência, criando trincheiras aonde poderiam sobreviver à dominação, ou seja, reconheceriam seus interesses de classe comuns que se contraporiam aos interesses da classe dominante, por isso manteriam princípios e valores comuns diversos dos hegemônicos.

Com o tempo, essa classe poderia deixar de ser uma identidade de resistência e vir a ser uma identidade de projeto, momento em que os atores sociais “constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, p. 24).

Nesse ponto, as obras dos dois autores se aproximam, à medida que Gramsci também crê na possibilidade de determinado grupo social transformar a estrutura social e redefinir sua posição na sociedade. Essa transformação social se daria a partir da classe subalterna, através de um longo processo de construção da hegemonia de um novo bloco histórico. A hegemonia da classe operária deveria ser construída por um processo de luta ideológica sustentada por várias frentes (econômica,



política, cultural...), com a conquista progressiva de posições até o momento em que a vontade coletiva da classe subalterna se propagaria, tornando-se hegemônica em toda a sociedade.

É claro que essa linha de raciocínio que compreende a classe como uma identidade de projeto apesar de possível em linhas gerais, é conflitante com um elemento central da teoria de Castells: ele não acredita que na pós-modernidade as identidades de projeto sejam construídas a partir da sociedade civil como aconteceu na modernidade, mas sim a partir do que ele chama de “resistência comunal”. De fato, sua teoria da sociedade em rede propaga a desintegração da sociedade civil e em contrapartida a ascensão de formas de resistência coletiva através da “construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites de resistência” (p. 25).

A tentativa de aproximação entre as duas teorias revela que da perspectiva de Castells, o movimento socialista, por ser organizado a partir da sociedade civil, estaria fadado ao fracasso na pós-modernidade ou estaria renegado, quando muito, a ser uma identidade de resistência, jamais alcançando o status de identidade de projeto. Já da perspectiva halliana, a análise da raça não pode ser totalmente desvinculada da questão de classe, por isso a teoria de Gramsci traz a possibilidade de desenvolver uma abordagem não reducionista da questão raça/classe.

### **A raça como identidade**

No que concerne à raça, a abordagem de Stuart Hall se prende mais nas questões relativas ao racismo do que à identidade étnica em si. A segunda parte de seu texto apresenta algumas considerações sobre as possíveis aplicações dos conceitos gramscianos dos estudos de raça, com a perspectiva de que é possível transformar algumas das teorias e paradigmas existentes nesta seara.

Nesse sentido, Hall aponta para a especificidade histórica e a irregularidade regional da formação social que ganham relevância nas análises de Gramsci, e que relativamente ao racismo ajudam a explicar o fato de que dentro de uma mesma formação social existam práticas e estruturas racistas diversas já que a sua penetração ocorre de forma irregular.

Essa mesma lógica de irregularidade da formação social, que tem a ver com a noção de uma totalidade complexa, se aplica à lógica de penetração do racismo dentro da classe trabalhadora e



mesmo entre as vítimas de racismo, independente de sua classe social. A visão de que a sociedade é um todo complexo em que não há correspondência automática entre as práticas econômicas, políticas e ideológicas ajuda a compreender porque indivíduos pertencentes a uma mesma classe social e submetidos aos mesmos modos de exploração se comportam de formas variadas com relação às posições políticas e ideológicas.

Castells, por sua vez, trata da identidade de raça em uma parte específica dentro do primeiro capítulo intitulada “A desagregação étnica: raça, classe e identidade na sociedade em rede”. Sua argumentação se desenvolve no sentido de atribuir menor importância à identidade étnica em relação às demais – religião, nação ou gênero – pelo fato dela estar fundamentada em vínculos muito primários, que teriam perdido o sentido na sociedade em rede e teriam sido integradas à outras identidades capazes de construir significados.

Para sustentar sua tese ele aborda o exemplo norte-americano e a forma como as relações étnicas se desenvolveram por lá ao longo dos séculos. O movimento em defesa dos direitos civis e as ações afirmativas fizeram emergir uma parcela da população negra economicamente bem sucedida, ao passo, que outra parcela permaneceu em condições de pobreza e miséria, gerando um quadro de divisão de classes sociais que trouxe consequências para a cultura negra. Da divisão de classes, entre afro-americanos de classe média alta e afro-americanos de classe baixa, resultou a criação de duas formas de pensar a sociedade diferentes e, portanto, duas identidades diferentes, gerando, inclusive uma relação hostil entre as duas camadas sociais.

Em decorrência disso, o autor aponta para o fato de que entre os afro-americanos está se criando uma cultura de auto-identidade que tem a ver não com a questão étnica, mas sim com a identidade religiosa, em especial ao islamismo e às igrejas próprias das comunidades negras.

A abordagem de Castells com relação à identidade de raça é um tanto incoerente, uma vez que ele demonstra ao longo de todo o texto que o que diferencia os dois grupos – afro-americanos ricos e afro-americanos pobres – é o pertencimento a determinada classe social, no entanto, a sua conclusão exclui da análise qualquer referência às classes sociais, apontando a identidade religiosa como fator de maior relevância. Mesmo que a identidade de classe dos afro-americanos ricos não se dê da mesma forma, com os mesmos valores e mesmos significados que a identidade dos brancos ricos, ainda assim





ela parte de significados bem diferentes se comparado ao grupo de valores dos afro-americanos moradores dos guetos.

Ao que parece, isso demonstra que o autor nega qualquer possibilidade da classe se constituir enquanto identidade coletiva relevante nas análises. Provavelmente pelo fato de que na sua teoria de sociedade em rede não há espaço para a discussão de classes, já que, segundo ele, o movimento socialista ou trabalhista era algo do passado pertencente a um tempo em que a sociedade civil ainda era um terreno de organização das forças.

Dessa forma, o que se conclui é que o autor de *O poder da identidade*, ao escolher um exemplo que ressalta a identidade de classe existente entre os afro-americanos, talvez tenha acertado em dizer que não é a raça que une esses indivíduos, mas se esqueceu de observar que a classe talvez seja a explicação e não só a identidade religiosa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: \_\_\_\_ *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: \_\_\_\_ *A era da informação: economia, sociedade e cultura - O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

